Revista Metalinguagens, v. 7, n. 1, Julho de 2020, pp. 315-349
Moisés OLÍMPIO-FERREIRA

ANÁLISE DO DISCURSO: INTERFACES E ARGUMENTAÇÃO

Moisés OLÍMPIO-FERREIRA[1]

RESUMO: A *Análise do Discurso* (*AD*) de perspectiva francesa tem mantido, desde os seus primórdios, um proveitoso diálogo crítico com campos do saber não raramente díspares; servindo-se de reconfigurações de espaços teóricos, os ganhos epistemológicos dessa interdisciplinaridade são inegáveis. Este artigo visa a apresentar algumas dessas interlocuções, destacando a relevância da inter-relação de campos nos estudos discursivos, inclusive quanto à *Argumentação*. Para isso, apresentamos um breve quadro da base teórica inicial da *AD,* formulada a partir de entrecruzamentos conceituais, e também as atuais interfaces que ela vem mantendo, pela *Argumentação no Discurso* (AMOSSY, 2018a [2000]), com as teorias da argumentação, mais precisamente com a *Nova Retórica* (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002 [1958]). Considerando que a argumentatividade é princípio que atravessa o funcionamento discursivo e que as multivariações dos objetos de estudo – em todas as suas condições de produção – requerem diálogos, verificamos que a *Argumentação no Discurso* propõe, incorporada à *Análise do Discurso,* um modelo operatório profícuo ao estudo do funcionamento linguageiro, qualquer que seja o gênero discursivo em que se manifeste.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso. Interdisciplinaridade. Nova Retórica. Argumentação no Discurso.

SPEECH ANALYSIS: INTERFACES AND ARGUMENTATION

ABSTRACT: The *Discourse Analysis* (*AD*) from French approach has maintained since the onset a critical engagement with fields of knowledge that are not rarely different; using reconfigurations of theoretical spaces, the epistemological gains of this interdisciplinarity are undeniable. This article aims to present some of these interlocutions, highlighting the relevance of the interrelation of fields in discursive studies, including what concerns to *Argumentation*. For this, we present a brief framework of the theoretical basis of *AD*, designed from conceptual interlaces, and also the current interfaces that it has been maintaining, through *Argumentation in Discourse* (AMOSSY, 2018a [2000]), with the theories of argumentation, more precisely the *New Rhetoric* (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002 [1958]). Considering that argumentativeness is a principle that runs through the discursive functioning

1 Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo – USP. Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, *campus* São Paulo. Endereço eletrônico: <moises.olimpio@ifsp.edu.br>.

and that the multivariations of study objects, in all their production conditions, require dialogues, we verify that *Argumentation in Discourse,* incorporated to *AD,* offers a meaningful operative model to study the language functioning, whatever discursive genre is manifested.

KEYWORDS: Discourse Analysis. Interdisciplinarity. New Rhetoric. Argumentation in Discourse.

INTRODUÇÃO

Muitos estudos recentes da *Análise do Discurso* (*AD*)[2] têm-na situado no entrecruzamento das *Ciências Linguísticas e Sociais*[3], tornando frequente a aplicação de diferentes contribuições da *Sociolinguística*, da *Semântica*, da *Pragmática*, da *Análise Conversacional*, da *Teoria da Enunciação*, da *Semiótica* e também da *História*, da *Sociologia*, da *Filosofia*, entre outras, na análise de *corpora* das mais diversificadas esferas sociais. É fato que as articulações de vertentes teóricas por vezes tão díspares impõem ao analista do discurso um grande desafio, haja vista que as interlocuções exigem reconfigurações e, não raramente, deslocamentos. O certo é que "[...] lidamos hoje com tantos recortes de estudos no campo da linguagem [...] que a hipótese de que uma disciplina sozinha dê conta de todos os fatos está completamente descartável", sem que isso signifique, porém, "perder a pertinência de que para cada situação de análise deve haver um diálogo com categorias específicas, claramente demarcadas, escolhidas a partir de critérios coerentes a fim de que se evite reducionismo teórico ou qualquer equívoco correspondente" (ADÃO, 2008, p. 2). Se, por um lado, essas condições impõem ao analista sensíveis precauções no trato de seu objeto, por outro, a possibilidade dos entrecruzamentos permite a realização de trabalhos indubitavelmente proveitosos ao domínio dos estudos discursivos.

---

2 Todas as nossas referências à *Análise do Discurso* (doravante *AD*) ligam-se à perspectiva teórica francesa.
3 Ver, por exemplo, os trabalhos do grupo ADAAR (Analyse du Discours, Argumentation et Rhétorique), dirigido por Ruth Amossy e Rosalyne Koren e, no Brasil, as muitas pesquisas divulgadas pela EID&A (Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação).

Na verdade, a interdisciplinaridade não pressupõe a diluição ilimitada de fronteiras disciplinares, mas tem a ver com a intensidade das trocas e com o grau de integração conceitual e metodológica que possa ocorrer entre disciplinas em função de um mesmo objeto. Japiassu (1976) fala de reciprocidade nos intercâmbios, com enriquecimento mútuo de todas as disciplinas envolvidas; fala de incorporação dos resultados de várias especialidades e do empréstimo de instrumental e técnicas metodológicas de diversos ramos do saber[4]. Nesse sentido, a interdisciplinaridade lança "uma ponte para religar as fronteiras que haviam sido estabelecidas anteriormente entre as disciplinas com o objetivo preciso de assegurar a cada uma seu caráter propriamente positivo, segundo modos particulares e com resultados específicos" (JAPIASSU, 1976, p. 75). De fato, as pretensões de totalidade e de completude não podem jamais limitar-se a apenas um particular viés epistemológico; as multivariações dos objetos de estudo, em todas as suas condições de produção, requerem mais diálogo interdisciplinar e renúncia da absolutização do conhecimento hegemônico. Como pensa Japiassu (1976), os campos do saber são limitados quanto à extensão de seus resultados, que nem mesmo a multidisciplinaridade ou a pluridisciplinaridade conseguiu pôr fim; a sua proposta, numa perspectiva ainda mais audaciosa, propõe mesmo a superação das fronteiras pela interdisciplinaridade com vistas à transdisciplinaridade[5], quando, então, efetivos ganhos epistemológicos, segundo ele, poderão ser contabilizados:

---

4 Para ele, seguindo o filósofo francês Georges Gusdorf (1967, 1974), um dos empecilhos ao conhecimento interdisciplinar é o *obstáculo epistemológico*. Quem se limita ao formalismo rigoroso de qualquer que seja a teoria científica não consegue estudar o seu objeto adequadamente, pois "[...] preso na armadilha de sua especialidade, o especialista é aquele que, por não poder tomar um recuo em relação à sua especialidade, permanece incapaz de defini-la. [...] Assim, cativado pelo detalhe, o especialista perde o sentido do conjunto, não sabendo mais situar-se em relação a ele." (JAPIASSU, 1976, p. 94).

5 Ao falar de Pêcheux, bem propício é aqui o relato de Mazière: "A transdisciplinaridade e a epistemologia serão suas referências – mesmo que ele tenha pouco ou não empregado essas palavras – para a apresentação de uma problemática dos anos 1964-1967 até o trabalho dos anos 1980: Seminário do laboratório de psicologia social (Paris VII – CNRS), que reuniu matemáticos, profissionais da informática, psicanalistas, filósofos, linguistas e historiadores; Seminário da RCP ADELA (RCP: Pesquisa Cooperativa Programada; ADELA: 'Análise de Discurso e Leituras de Arquivo') que reuniu politólogos, sociólogos e linguistas da oralidade e da enunciação; debates no CERM (Centro de estudo e de pesquisa marxista); confrontações internacionais, especialmente na Alemanha, Inglaterra, América Latina (México) e nos Estados Unidos [...]." (2010 [2005], p. 43, tradução nossa).

> [...] o espaço interdisciplinar, quer dizer, seu verdadeiro horizonte epistemológico, não pode ser outro senão o campo unitário do conhecimento. Jamais esse espaço poderá ser constituído pela simples adição de todas as especialidades nem tampouco por uma síntese de ordem filosófica dos saberes especializados. O fundamento do espaço interdisciplinar deverá ser procurado na negação e na superação das fronteiras disciplinares. (JAPIASSU, 1976, pp. 74-75)

Isso considerado, o presente artigo tem por objetivo apresentar algumas interlocuções da *AD* – fundamentais já em sua configuração inicial –, que põem em relevo os inegáveis benefícios epistemológicos da interdisciplinaridade, mas também o cruzamento conceitual que ela vem mantendo atualmente com as teorias da argumentação, mais precisamente com a *Nova Retórica*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002 [1958]), por intermédio da *Argumentação no Discurso*, de Ruth Amossy (2018a [2000]).

ALGUNS DADOS DA GÊNESE INTERDISCIPLINAR DA *ANÁLISE DO DISCURSO*

Se nós nos lembrarmos de que a *AD* nasce – e evolui proficuamente – a partir do entrecruzamento tanto da concepção de sujeito discursivo e do papel da linguagem desconsiderados pela *Linguística Estruturalista*, quanto da ideia de sujeito ideológico, do *Materialismo Histórico Marxista-Althusseriano*, como também do conceito de sujeito descentrado, afetado pelo inconsciente, da *Psicanálise*, perceberemos que a formulação da teoria teve de percorrer um grande material conceitual a fim de reavaliar fronteiras de enfoques teóricos muito distintos para então poder reelaborá-los e deslocá-los de seu terreno original.

Se é totalmente verdadeiro que o quadro teórico da *AD* não é redutível a uma mera "colagem", numa espécie de multidisciplinaridade sem sintomas de crises, não se pode negar

também que não tenha sido esse diálogo teórico que lhe tenha dado condições para, problematizando os postulados epistemológicos e metodológicos vigentes em grande parte do século XX, inserir-se na condição de teoria crítica de "entremeio" relativa à produção da linguagem (ORLANDI, 1986). Não há dúvidas de que os espaços relacionais interdisciplinares envolvidos passaram por rupturas no novo aparato teórico-conceitual, tendo em vista a construção de um horizonte epistemológico singular, em franco deslocamento territorial dos sólidos fundamentos das *Ciências Humanas e Sociais* dos anos de 1960, mas isso não equivale a dizer que a *AD* não tenha hábil e fortemente dialogado com disciplinas inconfundíveis para constituir-se criticamente. De fato, "o sintagma 'análise do discurso' [...] designa um domínio que se desenvolveu na França nos anos 1960-1970, inicialmente no seio das ciências da linguagem, embora uma interdisciplinaridade tenha-se imposto de imediato" (MAZIÈRE, 2010 [2005], p. 3, tradução nossa).

A história da constituição da *AD* revela que, se por um lado ela "[...] pressupõe a *Linguística*[6] e é pressupondo a *Linguística* que ganha especificidade em relação às metodologias de tratamento da linguagem nas ciências humanas [...]" já que "[...] as sistematicidades fonológicas, morfológicas e sintáticas são as condições materiais de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos [...]; o discursivo pressupõe o linguístico [...]" (ORLANDI, 1986, pp. 110-114), ou seja, a *AD* se debruça sobre a ordem da língua e a *Linguística* lhe oferece meios; por outro lado, como teoria crítica da linguagem[7],

6 É bem interessante a reflexão de Mendes (2013) quanto ao importante papel da *Linguística* na constituição da *AD*. Em forma de ensaio, a autora defende que, apesar de a teoria ter recebido influência do pensamento pecheutiano, a *Semiolinguística*, uma das vertentes atuais da *AD*, desenvolvida por Patrick Charaudeau, tem, na verdade, Roland Barthes como seu fundador (ao lado de Greimas, Morin, Todorov, Genette), fortemente preocupada com questões linguísticas, tendo como ponto de partida o projeto semiológico de Saussure. Segundo Mendes, a *Semiologia* de Saussure – por ter sido criado um imaginário equivocado em torno de seu pensamento – acabou apenas ficando historicamente associada, de modo indevido, ao *Estruturalismo*, que não foi senão um dos galhos de uma frondosa árvore germinada a partir de um grão.

7 A *Análise do Discurso* assume posição crítica não só em relação à dicotomia saussureana entre língua (social e sistemática, mas a-histórica) e fala (individual e histórica, mas associal e assistemática) – e, por isso, toma para si, como objeto, o discurso: modo de existência histórico e social da linguagem –, mas também quanto ao conceito de subjetividade na linguagem proposto por Benveniste (2005 [1966]) em cujo locutor há a ilusão de

numa relação de tensão para além da simples superação da *Linguística* (MALDIDIER, 1994 [1989]), ela desloca o corte epistemológico saussureano (dicotomia língua/fala, sistema abstrato ideal, ideologicamente neutro, sem história e sem inconsciente) por meio de operações de reelaboração de conceitos linguísticos que vão remeter a seu objeto: o *discurso* – cuja análise de funcionamento transpõe o reducionismo estruturalista do sistema formal interno da língua, fechado em si mesmo, isolado das influências externas, sem relação com o mundo, que, por si só, não consegue estabelecer traços distintivos entre discursos de naturezas diferentes; a *AD* busca, para além do linguístico, a historicidade (o caráter material do sentido constituído nas relações sociais) exterior ao domínio da *Linguística* imanentista, que se limita ao estudo das marcas formais (organização interna do discurso), mesmo que sejam as da enunciação. Nessa perspectiva, em que a relação entre o discurso e sua exterioridade (condições de produção: o falante, o ouvinte, o contexto da comunicação e o contexto histórico-social-ideológico) é fundamental, o objeto da *Semântica – o sentido* – passa a ter limites que ultrapassam a Ciência da Língua[8], já que "[...] a relação entre as significações de um texto e as suas condições sócio-históricas é constitutiva das próprias significações [...]" (ORLANDI, 2003, p. 8), ou seja, a *Semântica* – lugar de contradições da *Linguística* – não se deve limitar ao estudo científico do intralinguístico, do funcionamento sistêmico da língua; pelo contrário, deve-se assumir como *Semântica Discursiva* – lugar em que convergem o linguístico e o socioideológico –, em que o sentido se dá na "[...] relação *necessária* entre o dizer [processo de produção do discurso] e as condições de produção

ser a fonte dos sentidos – e a isso contrapõe por meio da afirmação de que a apropriação não é individual, mas social e constitutiva (ORLANDI, 1986, 1994).

8 Como bem esclarece Mussalim (2004 [2000], p. 102-103), "[...] o estruturalismo de vertente saussureana define as estruturas da língua em função da relação que elas estabelecem entre si no interior de um mesmo sistema linguístico. Essa relação é sempre binária [...] e se organiza a partir do critério diferencial, que determina que todos os elementos do sistema se definam negativamente. [...] Nessa mesma vertente, o significado também é definido a partir de uma relação de diferenças no interior do sistema [...]. Assim, homem se define com relação à mulher por ser [-feminino]; por sua vez, com relação a cachorro, homem se define por ser [-quadrúpede], e assim por diante."

desse dizer" (ORLANDI, 1986, p. 109, grifo da autora)[9] que, sempre entrelaçado à sua exterioridade constitutiva, lida com o deslize, a falha, a ambiguidade... (PÊCHEUX, 1994 [1982]).

Por sua vez, a leitura psicanalítica de Lacan das teses de Freud sobre o inconsciente também compõe abertamente o quadro epistemológico do surgimento da *AD*, já que é provocadora de uma nova perspectiva a respeito do sujeito: de homogêneo, consciente, origem de si e de seu dizer, dono de enunciados livremente determinados, fonte de sentidos transparentes[10] (como na teoria da enunciação de Benveniste[11]), ele passa a clivado, descentrado, dividido entre o consciente e o inconsciente, estruturando-se na opacidade da linguagem, na intransparência do sentido (PÊCHEUX, 1997 [1975]). Determinado pelo lugar que ocupa em determinada formação ideológica e pelo inconsciente, o sujeito não é livre para dizer o que quiser em qualquer circunstância (FOUCAULT, 2013 [1971]), não decide sobre os sentidos, "[...] mas é levado, sem que tenha consciência disso [...] a ocupar seu lugar em determinada formação social e enunciar o que lhe é possível a partir do lugar que ocupa." (MUSSALIM, 2004 [2000], p. 110).

---

9 Pêcheux observou a necessidade do afastamento teórico dos pressupostos da semântica intralinguística (a-histórica e sustentada por lógica universal) para uma semântica discursiva, que não é, segundo defende - como a fonologia, a morfologia e a sintaxe - uma parte da *Linguística*. Nessa perspectiva, a *Semântica* é uma ciência "determinada historicamente pelas relações ideológicas inerentes a uma formação social dada" (PÊCHEUX, 1975, p. 3, tradução nossa), de modo que "[...] o sentido não preexiste à sua constituição nos processos discursivos" (GADET; PÊCHEUX, 2004 [1981], p. 158).

10 Como afirma Possenti: "[...] A língua não é transparente. O fundamental dessa tese é que a AD não aceita que, dada uma palavra, seu sentido seja 'óbvio', como se estabelecido por convenção ou como se a palavra pudesse referir-se diretamente à 'coisa' (o mesmo vale, *mutates mutandis* para uma sentença). [...] A AD contesta que o sentido seja da ordem da língua, que funcione submetido aos 'seus' critérios – uma semântica não é uma fonologia do sentido. O sentido é da ordem das formações discursivas (FD), que, por sua vez, materializam formações ideológicas, que, por sua vez, são de ordem da história." (2005 [2003], p. 360).

11 Não se pode negar o relevante papel de Benveniste nos estudos da enunciação, que evidenciam a presença do *sujeito* que, por um ato individual, subjetivo, põe a língua em funcionamento. Entretanto, a homogeneidade, a unicidade, a onipotência criadora, o egocentrismo desse *sujeito* são fissuras teóricas em que a AD vai se constituir: "[...] embora absorvendo os avanços da(s) teoria(s) da enunciação, a AD é crítica ao conceito de subjetividade na linguagem, tal como está em Benveniste (1966). Segundo a AD, a teoria da enunciação benvenisteana reflete, ao invés de criticar, a ilusão do sujeito de ser a fonte dos sentidos do que diz." (ORLANDI, 1986, p. 116).

Safatle (2009 [2007]) nos esclarece que Lacan vincula a reflexão sobre as patologias a uma ideia, em certa medida, antropológica, já que a formação da personalidade se dá em um processo de socialização de identificação do Eu (*Moi*, produzido pela imagem do corpo) com os mais diversos núcleos e instituições sociais de que participa. Essa gênese social da personalidade advinda da socialização ocorre por meio de *processos de identificação* com certos *tipos ideais*[12] que servem de modelos para condutas socialmente reconhecidas e admitidas que orientam o Eu quanto aos desejos, juízos e ações. É assim que o sujeito só se define em relação ao Outro. Dessa forma, tendo a *imagem do desejo do Outro* como a sua perspectiva ("nada separa o Eu de suas formas ideais" [LACAN, 1966, p. 179, tradução nossa], o Eu constrói a sua subjetividade (estádio do espelho), ou seja, quanto mais assumir ideais e papéis sociais, quanto mais estiver adaptado à realidade social, mais ele se constituirá em processo alienatório, ainda que carregue a ilusão (consciente) de que seja o centro de autonomia, individualidade, autoidentidade, autorreferência[13]:

> Internalizar um tipo ideal encarnado na figura de um outro significa (con)formar-se a partir de um outro que serve de referência para o desenvolvimento do Eu. Se quisermos ser mais exatos, diremos que se trata de alienar-se, já que significa ter sua essência fora de si, ter seu modo de desejar e de pensar moldado por um outro. (SAFATLE, 2009 [2007], p. 18)

Subjacente a esse Eu [*Moi*], Lacan pressupõe a existência de um Eu [*Je*]*, sujeito do desejo*, estranho ao *Moi* e recalcado por este, entre os quais há uma essencial discordância:

---

12 Safatle (2009 [2007], p. 29) comenta: "[...] Lacan quer mostrar como a formação do Eu só se daria por identificações: processos através dos quais o bebê introjeta uma imagem que vem de fora e que é oferecida por um Outro. Assim, para se orientar no pensar e no agir, para aprender a desejar, para ter um lugar na estrutura familiar, o bebê inicialmente precisa raciocinar por analogia, imitar uma imagem na posição de tipo ideal adotando, assim, a perspectiva de um outro. Tais operações de imitação não são importantes apenas para a orientação das funções cognitivas, mas têm valor fundamental na constituição e no desenvolvimento subsequente do Eu em outros momentos da vida madura".
13 Como afirma Lacan (1981, p. 144, tradução nossa): "O eu é um objeto feito como uma cebola: poderíamos descascá-lo e encontraríamos as identificações sucessivas que o constituíram".

"A discordância entre o Eu e o sujeito do desejo[14] é fundamental. É por isso que o sujeito em Lacan é irremediavelmente *descentrado*, ou seja, ele nunca se confunde com o Eu." (SAFATLE, 2009 [2007], p. 33, grifo do autor); desse modo, o lugar onde o sujeito pode ser encontrado não é no consciente (onde está), mas no inconsciente (onde não está) onde está o *Outro* que lhe dá identidade.

Nas décadas de 1950 e 60, com o movimento estruturalista, o objeto das *Ciências Humanas* não foi o "homem enquanto centro intencional da ação e produtor do sentido, mas as estruturas sociais que o determinam", ou seja, o homem não é o "*agente*, mas apenas *suporte* de estruturas que agem em seu lugar" (SAFATLE, 2009 [2007], p. 42, grifos do autor). Nesse sentido, não é ele que *pensa* ou *age*, mas "[...] os mitos se pensam nos homens e à sua revelia" (LÉVI-STRAUSS, 2004 [1964], p. 31), isto é, o que importa não é como os homens pensam por meio das estruturas[15] sociais, mas como essas estruturas – autônomas e inconscientes – se pensam nos homens.

Ao sistema linguístico, que fornece toda "*condição de possibilidade* para a estruturação de toda e qualquer experiência social" (SAFATLE, 2009 [2007], p. 43, grifos do autor), Lacan denominou *simbólico*. Por esse sistema, "tudo se passa como se as relações com o outro, nossas ações ordinárias, escondessem as mediações das estruturas sociolinguísticas que determinam a conduta e os processos de produção de sentido", o que

---

14 *Desejo*, segundo Safatle (2009 [2007], p. 32-35), deve ser entendido, na esteira do filósofo russo Kojève e de Hegel, como "pura negatividade", "revelação de um vazio", desejo de "nada nomeável", manifestado na forma de "inadequação em relação a todo objeto", que Lacan denomina "desejo puro" e que é o "modo de ser do sujeito", a "falta-a-ser". Não tem a ver, portanto, com o "conjunto de escolhas pessoais ou de modos particulares de conduta". Nessa perspectiva, as patologias mentais surgirão como "*déficits de reconhecimento*" do desejo do sujeito, que é também, para Lacan, o "desejo do outro" no eu, o que colapsa a ideia da individualidade.

15 "A fim de melhor compreender esse ponto, lembremos o que significa 'estrutura social' nesse contexto. O estruturalismo trouxe uma teoria da sociedade que transformava a linguagem *no fato social central*. Processos como trocas matrimoniais, modos de determinação de valor de mercadorias, organização do núcleo familiar, articulação de mitos socialmente partilhados seriam todos *estruturados como uma linguagem,* até porque a linguagem é, antes de mais nada, um modo de organização, de construção de relações, de identidades e de diferenças. Nesse sentido, ela fornece a *condição de possibilidade* para a estruturação de toda e qualquer experiência social." (SAFATLE, 2009 [2007], p. 43, grifos do autor).

nos remete ao uso inconsciente da estrutura do simbólico, sob a ilusão (esquecimento) de que as relações se dão entre indivíduos antes mesmo das relações com a estrutura. Esse inconsciente[16], como ordem sociossimbólica, é um "[...] sistema de regras, normas e leis que determinam a forma geral do pensável [...]; o *inconsciente é a linguagem*[17] (enquanto ordem que organiza previamente o campo de toda experiência possível)" (SAFATLE, 2009 [2007], p. 45, grifos do autor).

Temos ainda outro elemento que fez parte do quadro epistemológico do surgimento da *AD*. Nos anos de 1970, é o filósofo Louis Althusser, em *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado* (1970), que lançará luz a algumas inquietações das bases da *AD*. Indagando-se sobre a definição de "ideologia", ele propõe estabelecer uma "teoria da ideologia em geral" em contraposição à "teoria das ideologias particulares" que se manifestam de diversos modos (religioso, jurídico, político, etc.) para expressar posições de classes. A "ideologia em geral" é a "[...] abstração dos elementos comuns de qualquer ideologia concreta, a fixação teórica do mecanismo geral de qualquer ideologia" (BRANDÃO, 2004 [1999], p. 24), de maneira que ela permite "[...] evidenciar o mecanismo responsável pela reprodução das relações de produção, comuns a todas as ideologias particulares" (MUSSALIM, 2004 [2000], p. 103); investigá-la é, portanto, procurar entender, nas práticas e discursos[18] dos Aparelhos Ideológicos do Estado

16 "[...] o inconsciente lacaniano não está ligado a fatos psicológicos como a memória, a atenção e a sensação, ou à intencionalidade em geral. [...] O que normalmente chamamos de 'conteúdos mentais inconscientes' devem ser compreendidos como conteúdos mentais pré-conscientes, ou seja, conteúdos mentais momentaneamente fora do acesso da consciência, esquecidos, mas que podem ser reintegrados através de processos de rememoração e de simbolização." (SAFATLE, 2009 [2007], p. 45).

17 Lacan faz sua releitura de Freud e, para isso, recorre ao estruturalismo linguístico (Saussure e Jakobson) para estudar o inconsciente. Para ele, o "inconsciente se estrutura como uma linguagem, como uma cadeia de significantes latente que se repete e interfere no discurso efetivo, como se houvesse sempre, sob as palavras, outras palavras, como se o discurso fosse sempre atravessado pelo discurso do Outro, do inconsciente. [...] Apoiado em alguns critérios do estruturalismo linguístico, Lacan aborda esse inconsciente, demonstrando que existe uma estrutura discursiva que é regida por leis." (MUSSALIM, 2004 [2000], p. 107).

18 Como nota Mussalim (2004 [2000], p. 104): "A Linguística, então, aparece como um horizonte para o projeto althusseriano da seguinte maneira: como a ideologia deve ser estudada em sua materialidade, a linguagem se apresenta como o lugar privilegiado em que a ideologia se materializa. A linguagem se coloca para Althusser como uma via por meio da qual se pode depreender o funcionamento da ideologia".

(escola, religião, família, política, cultura, sindicato, etc., nos quais está concentrado o funcionamento da ideologia dominante [ALTHUSSER, 1970]), o que determina as condições de reprodução social.

Se, por um lado, as ideologias particulares têm história própria (determinada, em última instância, pelas lutas de classe), por outro lado, apoiando-se, por analogia, no conceito freudiano de que o inconsciente em geral é "eterno", isto é, não tem história, a "ideologia em geral" althusseriana consiste numa realidade omni-histórica, trans-histórica, "eterna".

Para conceituar o que seja "ideologia em geral" – aspecto que lhe interessa –, o filósofo marxista formula algumas hipóteses:

1) A ideologia é a representação – não correspondente ao mundo real – da relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência. Nesse processo, "[...] o homem produz, cria formas simbólicas de representação de sua relação com a realidade concreta [...]" (BRANDÃO, 2004 [1999], p. 24). Segundo Althusser,

> [...] não são as suas condições reais de existência, o seu mundo real, que os homens "representam para si" na ideologia, mas, antes de tudo, é a sua relação com essas condições de existência que lhes é representada na ideologia. É a relação que está no centro de toda representação ideológica e, portanto, imaginária do mundo real. É nessa relação que se encontra a "causa" que deve dar conta da deformação imaginária da representação ideológica do mundo real. [...] toda ideologia representa, em sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes [...], mas, antes de mais nada, a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e com as relações delas derivadas. Na ideologia, portanto, o que se representa não é o sistema de relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária desses indivíduos com relações reais em que vivem. (ALTHUSSER, 1970, pp. 81-82, tradução nossa)

2) A ideologia tem existência material, uma vez que a sua existência só é possível em algum aparelho ideológico material. Por se defender que as representações que compõem a

ideologia têm materialidade (práticas sociais que existem nas ações do sujeito, reguladas por rituais materiais; atos inseridos no interior da existência material de aparelhos ideológicos do Estado [religioso, jurídico, moral, político, etc.]: uma ideologia sempre existe em um aparelho e suas práticas materiais reprodutoras das relações de produção[19]), rompe-se com o idealismo de que a sua existência se dá no âmbito das ideias abstratas, dotadas de existência ideal, espiritual. É assim que essas práticas só existem pela e sob a ideologia.

Essa existência ideológica material, evidentemente, como nota Althusser, se dá em modalidades que diferem daquelas a que pertencem os objetos do mundo; para ele, a relação imaginária em que vive o sujeito numa dada representação do mundo, isto é, na ideologia, é por si mesma dotada de existência material[20]: "Diremos, portanto, [...] que a existência das ideias da sua crença é material, porque *as suas ideias são atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais definidos pelo aparelho ideológico material de que dependem as ideias desse sujeito.*" (ALTHUSSER, 1970, p. 44, grifos do autor, tradução nossa), de modo que a ideologia só existe por meio do sujeito e para sujeitos.

3) Por um lado, toda e qualquer ideologia só existe pela categoria de sujeito (e seu funcionamento) e para sujeitos; por outro lado e ao mesmo tempo, toda ideologia funciona para constituir indivíduos concretos em sujeitos ideológicos, que vivem naturalmente na ideologia: "[...] o homem é, por natureza, um animal ideológico" (ALTHUSSER, 1970, p. 46, tradução nossa).

---

19 "Dissemos, ao falar dos aparelhos ideológicos de Estado e de suas práticas, que cada um era a realização de uma ideologia (sendo a unidade dessas diferentes ideologias regionais – religiosa, moral, jurídica, política, estética, etc. – assegurada por sua subsunção à ideologia dominante). Retomamos esta tese: uma ideologia sempre existe num aparelho e na sua prática ou práticas. Essa existência é material." (ALTHUSSER, 1970, p. 42, tradução nossa).

20 No edifício social, a infraestrutura (base econômica) determina o funcionamento da superestrutura (instâncias políticas, jurídicas e mesmo ideológicas, que reproduzem o modo de produção), e, em movimento circular, a ideologia perpetua a base econômica que lhe dá sustentação. Dessa estrutura, Mussalim (2004 [2000], p. 104) conclui: "Nesse sentido é que se pode reconhecer a base estruturalista da teoria de Althusser, na medida em que a infraestrutura determina a superestrutura e é ao mesmo tempo perpetuada por ela, como um sistema cuja circularidade faz com que seu funcionamento recaia sobre si mesmo".

Por efeito ideológico, o indivíduo tem "evidências" inequívocas de que ele é sujeito, pois "[...] é próprio à ideologia (sem o parecer, pois que se trata de 'evidências') impor as evidências como evidências, que não podemos deixar de *reconhecer*, e diante das quais temos a inevitável e natural reação de exclamar (em voz alta ou no 'silêncio da consciência'): 'É evidente! É isso! É verdade!' " (ALTHUSSER, 1970, p. 47, grifo do autor, tradução nossa). A ideologia, portanto, opera a sua "eterna" funcionalidade de *(re)conhecimento ideológico* na manifestação concreta e ininterrupta dos sujeitos – todos estão sob a inescapabilidade de sua ação, pois "[...] os indivíduos são *sempre-já* sujeitos [...]" (ALTHUSSER, 1970, p. 50, grifos do autor, tradução nossa) –, em suas práticas rituais materiais de (re)conhecimento, ainda que essas sejam as mais elementares da vida quotidiana (um aperto de mão, um "olá!", ter um nome próprio, etc.), "[...] que nos garantem que somos efetivamente sujeitos concretos, individuais, inconfundíveis e (naturalmente) insubstituíveis" (ALTHUSSER, 1970, p. 48, tradução nossa). Dessa forma, a ação ideológica ineludível *interpela* (recrutando, convocando, confrontando, intimidando, transformando) todos os indivíduos concretos em sujeitos concretos, numa operação simultânea e contínua ideológico-interpelativa. Portanto, toda vivência do indivíduo interpelado em sujeito sempre se passa na ideologia; já é assim antes mesmo de seu nascimento: a criança em formação recebe nome, tem identidade, aguarda-lhe uma configuração e pré-significação ideológica familiar que exercerá sobre ela coerções rituais de criação e de educação, e cujos efeitos se instalarão em seu inconsciente; já é ela e não outra; é sempre-já sujeito. Quanto mais natural for essa passagem, menos a ideologia será apreensível; quanto mais for denegada, maior terá sido o sucesso de sua funcionalidade. Para a *AD*, levar em conta a ideologia em seu quadro teórico é uma necessidade, pois não há discurso sem sujeito, assim como também não há sujeito não-ideológico; é assim que ela busca mostrar o funcionamento dos discursos em articulação com as formações ideológicas:

> [...] a aparente transparência do sujeito e do sentido ocultam o processo pelo qual tanto o sujeito quanto o sentido se constituem. Em suma, sem a consideração da ideologia, se toma o sujeito como causa de si, não se levando em conta nem a história de sua constituição, nem a historicidade do sentido. (ORLANDI, 1986, pp. 116-117)

Assim considerados, a "[...] ideologia (relação com o poder) e o inconsciente (relação com o desejo) estão materialmente ligados, funcionando de forma análoga na constituição do sujeito e do sentido." (ORLANDI, 1986, pp. 119).

A *AD* se constitui, entretanto, do atravessamento confrontativo das disciplinas, isto é, ela abre espaços de questões diversas, não aderindo às prerrogativas dos campos sem posicionamento crítico que provoque reconfigurações de regiões teóricas, ou que retrace os limites epistemológicos. *Língua*, *sujeito* e *história* são conceitos que vão estruturar a base da abordagem[21] da *AD*, mas com todas as suas reivindicações quanto à reordenação das heranças disciplinares constituídas. Observe-se a insistência de Orlandi a esse respeito:

> [...] Coloca questões para a Linguística, interpelando-a pela historicidade que ela apaga, do mesmo modo que coloca questões para as Ciências Sociais, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam. [...] A Análise de Discurso critica a prática das Ciências Sociais e a da Linguística, refletindo sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua. [...]
> [...] se a Análise do Discurso é herdeira das três regiões de conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (ORLANDI, 2000 [1999], pp. 16, 20)

21 São elucidativas as palavras de Mendes (2013, p. 65): "[...] algumas pessoas consideram erroneamente a AD como uma 'metodologia'. Há um grande equívoco nessa percepção. Em AD, não temos uma metodologia, mas várias, pois o procedimento metodológico é plástico por ser criado a partir do *corpus* que se escolhe para analisar. Assim, nenhuma pesquisa possui exatamente o mesmo procedimento metodológico. A AD é um conjunto de teorias sobre o discurso e é constitutivamente interdisciplinar. As áreas de pesquisa que queiram se valer dessas teorias devem tratá-las em uma perspectiva que seja inter, trans ou pluridisciplinar".

ANÁLISE DO DISCURSO E *ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO*

Após seu desenvolvimento histórico marcado por fases[22], em contato interdisciplinar com diversos outros campos de pesquisa, atualmente, no que se refere à análise retórica-argumentativa – resgatada do mero estudo de figuras do léxico poético ornamental ou da arte do bem dizer[23], para retomar o seu lugar de investigação da capacidade de persuasão inerente à palavra nas funções da fala social –, a *AD* tem se aproximado de espaço procedimental proveitoso para a interface com a *Argumentação*. Amossy entende que esse desdobramento não é causa de confusão desagradável ou de embate inquietante entre fronteiras; pelo contrário, "[...] podemos nos alegrar por uma interdisciplinaridade que já muitas vezes mostrou-se profícua e que convém, para nós, desenvolver" (2011a [2008], p. 141).[24]

É certo que a questão de aproximar a *Retórica Argumentativa* à *Linguística do Discurso*, mais especificamente à *AD* de linha francesa, ofereceu a seus analistas dificuldades que foram consideradas suficientes para provocar sistemáticas rejeições. As rupturas, em grande parte por questões ligadas à agentividade do sujeito e à busca ideológica, inviabilizavam qualquer diálogo entre os campos. E, como lembra Amossy, ainda mesmo quando o exame dos elementos ideológicos havia sofrido significativo enfraquecimento em fases subsequentes da *AD*, esse distanciamento continuava sendo fortemente requerido:

---

22 A respeito dessas fases, consultar Mussalim, 2004 [2000].

23 "[...] Depois de ter conhecido certo descrédito relacionado ao declínio da retórica e à ascensão de certas formas de cientificismo, os estudos da argumentação foram *refundados* na segunda metade do século XX, a partir dos trabalhos de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (1958/1970), Stephen Toulmin (1958), Charles L. Hamblin (1970), assim como os de Jean-Blaise Grize e Oswald Ducrot nos anos 1970." (PLANTIN, 2002, tradução nossa).

24 Como enfatizam Charaudeau e Maingueneau (2004 [2002], p. 45): "A análise do discurso, situada no cruzamento das ciências humanas, é muito instável. Há analistas do discurso antes de tudo sociólogos, outros, sobretudo linguistas, outros, antes de tudo psicólogos. A essas divisões acrescentam-se as divergências entre as múltiplas correntes".

> A arte de persuadir parecia demasiadamente eivada de intencionalidade, muito pouco sensível às determinações e às relações de poder para que pudesse chamar a atenção dos primeiros analistas do discurso. De fato, na esteira de Pêcheux (1969), eles procuravam identificar no texto a ideologia que dele se ocupa e denunciavam a ilusão do sujeito ser senhor das significações. Inspirados em Foucault e em Althusser, entre outros, eles só podiam ignorar a nova retórica de inspiração aristotélica de Perelman e Olbrechts-Tyteca, ainda que publicada desde 1958. Se essa primeira "escola francesa" foi pouco a pouco sendo obliterada a favor de abordagens menos ideológicas, as tendências da Análise do Discurso que surgiram na França na década de 1980 e, sobretudo, na de 1990, continuaram a manifestar sua desconfiança quanto à tradição retórica, ainda que ela esteja na origem dos estudos da linguagem, tomada em suas dimensões de ação, enunciação e comunicação (AMOSSY, 2012, p. 1, tradução nossa)

Apesar desses entraves, os interesses de aproximação com a *Argumentação* foram sendo discutidos e paulatinamente desenvolvidos, ousando incorporá-la por necessidade – e não para o mero enriquecimento da teoria – e estabelecer o seu papel analítico: integrar o componente argumentativo na análise para fins de elucidar, o quanto mais exaustivamente possível, o funcionamento do discurso em situação no espaço social.

A *Nova Retórica (NR)*[25], de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002 [1958]), sem propor distinções entre *Retórica* e *Argumentação*[26], colocando no centro de suas preocupações o aspecto comunicacional da argumentação retórica, e tendo por ponto central a relação entre orador-auditório, bem como os objetos de acordo nos processos de interação argumentativa e suas premissas e, ainda, os valores, as hierarquias e os lugares que esteiam a argumentação, como também as técnicas[27] que conduzem à adesão, reconhece naqueles que

---

25 Todas as nossas referências à *Nova Retórica* (*NR*) ligam-se à perspectiva de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca.

26 Apesar de a *Nova Retórica* retomar conceitos elaborados por Aristóteles, ela não faz a distinção entre a Dialética (Argumentação) concernente à disputa com adversário escolhido e a Retórica concernente a um público amplo, a fim de encontrar consenso para uma finalidade prática. É nessa perspectiva que usaremos os dois termos de modo indistintamente permutável neste artigo.

27 Cabe aqui a advertência: "A ênfase de Perelman não está posta nos mecanismos, nas técnicas, como muitas vezes se conclui e se aplica. Ele não defende a Argumentação, que ele associa à Retórica, a partir de uma visão instrumental, cujo objetivo último poderia ser o da manipulação unilateral. De fato, não são as técnicas retórico-

se põem em interação tanto a capacidade de fazer questionar, refletir, debater, como também fazer ver, sentir, crer por meio do diálogo, pelo compartilhamento da palavra, querendo encontrar alguma solução racional[28] para os desacordos como alternativa à violência. A *Argumentação,* como lógica informal baseada em provas dialéticas, em raciocínios "mais ou menos fortes, mais ou menos pertinentes, mais ou menos convincentes" (PERELMAN, 1981, p. 4, tradução nossa), busca, por adesão suficiente do auditório, a tomada de decisão razoável a respeito de uma questão.

É nessa esteira que a teoria da *Argumentação no Discurso,* de Ruth Amossy (2018a [2000]), propõe examinar – insistindo sobre o princípio de argumentatividade que os atravessa – tanto os discursos de *orientação* (intenção, visada) argumentativa, em que há estratégias programadas de persuasão[29], respostas refletidas a possíveis questionamentos, com o fim de conquistar a adesão a opiniões (teses), quanto os de *dimensão* argumentativa que, mesmo sem estratégias imediatamente perceptíveis, sem solução unívoca, sem exame definitivo das contradições, sob a aparência supostamente neutra, exercem influência indireta (e, por vezes, até negada) sobre o auditório, sobre as suas maneiras de direcionar o

argumentativas que são postas em evidência em sua obra, mas sim a questão do quanto se pode provocar ou aumentar a adesão por meio delas em cada caso. O que é bom numa situação pode ser ruim noutra, como o próprio Aristóteles já havia destacado. Em vez de técnicas, a *Nova Retórica* enfatiza o *assentimento* do outro; *assentimento* significa *concordância, adesão,* num processo argumentativo cooperativo em que o *outro* é verdadeiramente levado em conta em sua *dóxa*, em seu ponto de vista, em sua visão de mundo, favorecendo a negociação da coexistência humana em suas múltiplas diferenças e, portanto, sem recurso à violência física ou ao não-racional." (OLÍMPIO-FERREIRA, 2019, p. 141).

28 Mesmo que a *Argumentação* não se apoie na objetividade constringente, mas em *dóxa* e *tópoi* assentidos, isso não implica que esse seu caráter a exima de características racionais. É certo que não se argumenta quando a solução é produto da certeza lógico-formal, mas isso não implica que apenas as provas apodícticas possam ser consideradas a marca da razão. Grácio (1998, p. 86) afirma: "Entre a possibilidade de fazer uso de um modelo de prova (matemática ou experimental) que tudo pretende esclarecer de uma forma inequívoca e a impossibilidade de aplicar critérios universais à particularidade e à contingência das nossas preferências – voltando-as ao arbitrário –, existia uma terceira via: a via da argumentação através da qual se procura justificar a plausibilidade e a razoabilidade das teses e das opções defendidas".

29 Essa *dimensão argumentativa* já foi apontada por Benveniste. Para ele, todo ato de linguagem provém de um sujeito que exerce uma ação influente sobre o outro. Em sua mais ampla extensão e marcado pelos índices de subjetividade, *discurso* é uma "enunciação que supõe um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro." (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 267).

olhar sobre o mundo, as suas formas de pensar e de crer em certa interpretação do real, os seus posicionamentos, os seus graus de adesão, a sua maneira de gerir conflitos... Segundo Grácio, a *Argumentação no Discurso* inscreve-se na abordagem pan-argumentativista[30], que defende que todo ato de comunicação é, em certa medida, argumentar, ou seja, acredita que há "ominipresença do argumentativo ao facto da linguagem natural inscrever posicionalmente o locutor que assim orienta o interlocutor para determinadas formas de ver. A argumentatividade surge, assim, como inerente à própria discursividade [...]." (GRÁCIO, 2013, p. 105). Essa inscrição tem grande importância para a *AD*, pois é o que faz a teoria da argumentação, segundo Amossy (2018b [2009], p. 69), integrar-se ao domínio dos estudos da linguagem, tornando-se um dos aspectos do funcionamento discursivo global a ser explorado nas análises (como o discurso trabalha para alcançar o seu objetivo? – colocando-se, assim, em evidência o modo pelo qual se tenta agir sobre o interlocutor) e podendo ser considerada, portanto, um ramo da *AD*. A partir das teorias dialógicas de Bakhtin (2003 [1979]) e do Círculo (cada enunciado "é um elo na corrente completamente organizada de outros enunciados", p. 272), a *Argumentação no Discurso* defende que todo enunciado surge no interior de um universo discursivo preexistente (GADET; HAK, 1997 [19??]), – concretamente ancorado na realidade histórica e efeito das estruturas sociais – e que, de alguma forma, confirma, refuta, polemiza, suscita reflexões, propõe questões, apresenta problemas que podem catalisar reações, orienta perspectivas, ainda que a interação ocorra apenas virtualmente, sem diálogo

---

30 Grácio, um dos pesquisadores que deram desenvolvimentos e novos enquadramentos à *Nova Retórica* perelmaniana, não segue a mesma linha de Amossy. Em sua *Argumentação na Interação* (2016), a *Argumentação* pressupõe a presença de uma oposição primordial; para ele, é necessário existir uma situação inicial de oposição de posições (um díptico argumentativo: dois monólogos justapostos, contraditórios, sem alusão um ao outro) que, desenvolvida, reflita a respeito de uma questão, num processo continuado de confronto dinâmico de ideias entre interlocutores. Assim considerado, "uma das formas de evitar os problemas teóricos que as abordagens pan-argumentativistas colocam é associar a argumentação a uma situação de conflito" (GRÁCIO, 2013, p. 106). Essa diferença teórica, entretanto, não impede o diálogo frutífero entre a *Argumentação na Interação* e a *Argumentação no Discurso*.

efetivo; o discurso é, por natureza, dialógico[31], e disso decorre obrigatoriamente a sua argumentatividade. Numa concepção ampliada, toda palavra é necessariamente argumentativa[32]; retirando sua força das modalidades argumentativas diversas – que permitem identificar os modos de que o discurso se serve para orientar –, a palavra sempre age sobre o interlocutor, ainda que essa argumentatividade se estabeleça apenas na condição *dimensional*, sem programação declarada, sem visada argumentativa sustentada por intenção consciente. Como assegura Amossy (2018a [2000], p. 43), está-se diante de "um desvio da retórica clássica, que se ligava apenas aos projetos argumentativos confessos: considera-se aqui que a argumentação atravessa o conjunto dos discursos". Se, por um lado, essa heterogeneidade retira do discurso a sua estabilidade, por outro, ela não o liberta das amarras de sua formação ideológica, tendo em vista que sempre estará inserido em uma formação discursiva[33], cujas coerções ideológicas demarcam os possíveis sentidos[34] assumidos no discurso por sujeitos inscritos sócio-histórico-ideologicamente.

---

31 Ao tratar do incontornável dialogismo do enunciado, Bakhtin afirma: "antes de seu início, há os enunciados dos outros, depois de seu fim, há os enunciados-respostas dos outros (ainda que seja como uma compreensão responsiva ativa do outro)" (BAKHTIN, 1995 [1929], p. 293). Além das obras pioneiras de Bakhtin e seu Círculo sobre o dialogismo, temos ainda significativos trabalhos de Authier-Revuz a esse respeito, disponíveis em http://syled.univ-paris3.fr/individus/jacqueline-authier/2.html.

32 Esta postura adotada pela *Argumentação no Discurso* tem amparo em Grize (1986, 1990).

33 Amossy (2018a [2000], p. 246) retoma o conceito de *formação discursiva:* "[...] Iniciada por Michel Foucault e reformulada na perspectiva marxista de Michel Pêcheux e da escola francesa de Análise do Discurso, ela é hoje retomada em um sentido mais amplo e relativamente impreciso, permitindo 'designar todo um conjunto de enunciados sócio-historicamente circunscritos, que se pode reportar a uma autoridade enunciativa: o discurso comunista, o conjunto dos discursos produzidos por uma administração, [...] o discurso dos patrões, dos camponeses, etc.' (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2002, p. 271). A expressão designa, assim, conjuntos sócio-discursivos que entram em concorrência com outros [...]".

34 Mussalim (2004 [2000], p. 132) esclarece: "[...] apesar dos sentidos possíveis de um discurso estarem preestabelecidos, eles não são constituídos *a priori*, ou seja, eles não existem antes do discurso. O sentido vai se constituindo à medida que se constitui o próprio discurso. Não existe, portanto, o sentido em si, ele vai sendo determinado simultaneamente às posições ideológicas que vão sendo colocadas em jogo na relação entre as formações discursivas que compõem o interdiscurso". Ver ainda Pêcheux, 1997 [1975], p. 161.

É evidente que, reduzido a proposições lógicas, o que se extrai do argumento é apenas o raciocínio abstrato; porém, se inscrito na materialidade do discurso[35] (as escolhas dos termos, os deslizamentos semânticos, os conectores, o valor do implícito, etc.) e no interdiscurso[36], ele assume toda a sua força e poder de persuasão. É assim que a *Argumentação*, agora situada nas *Ciências da Linguagem* pela delimitação de seu campo de investigação (entendida não mais no terreno dos universais do pensamento clássico, mas situada em contextos institucionais, sociais e culturais que modelam o discurso e as trocas verbais), pode ser definida como:

> o conjunto dos meios discursivos pelos quais um locutor tenta fazer ver e pensar o mundo circundante de certa forma, seja de maneira consciente e programada, ou irrefletida e espontânea. Trata-se de inquirir, no próprio discurso em situação, os funcionamentos linguageiros que permitem orientar as perspectivas do alocutário e de lhe fazer adotar os modos de ver (AMOSSY, 2011b, pp. 15-16, tradução nossa)

Em suma, a *Argumentação*, quer apresente ou não manifestada intenção de aprovação, é, para a *Argumentação no Discurso*, sempre parte integrante de discursos atravessados pela fala do outro, produzidos por sujeitos situados, com seus interesses, paixões e valores, cuja investigação não pode ser relegada pelo analista (que busca a descrição das práticas discursivas, a investigação sobre a linguagem e daquilo que faz a sua

35 Quanto à *materialidade discursiva,* Pêcheux a define como o: "nível de existência sócio-histórica, que não é nem a língua, nem a literatura, nem mesmo as 'mentalidades' de uma época, mas que remete às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos...) em uma conjuntura histórica dada" (PÊCHEUX, 2015 [1984], p. 151).

36 Propícia é aqui a analogia que Maingueneau (2000 [1996]) propõe para definir interdiscurso: "O interdiscurso está para o discurso assim como o intertexto está para o texto" (p. 86). No *Dicionário de Análise do Discurso*, Charaudeau e Maingueneau (2004 [2002]) definem o interdiscurso em duas perspectivas: a) sentido restrito; b) sentido amplo. A primeira refere-se ao "conjunto de discursos (de um mesmo campo discursivo ou de campos distintos) que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros" (p. 286). A segunda, mais ampla, é o "conjunto das unidades discursivas (que pertencem a discursos anteriores do mesmo gênero, de discursos contemporâneos de outros gêneros, etc.) com os quais um *discurso particular* entra em relação implícita ou explícita" (p. 286).

força em situações precisas de enunciação), sob o pretexto de defesa de fronteiras epistemológicas, como se o objetivo fosse o apagamento dos limites disciplinares.

Segundo a autora, essa perspectiva interdisciplinar[37] é possível em razão das tendências contemporâneas da *AD* (MAINGUENEAU, 1991; CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004 [2002]), que, reorientando – prática crítica que lhe é habitual desde as origens, como já vimos – as fronteiras disciplinares da *Antiga* e da *Nova Retóricas*, articulam a análise argumentativa e a *AD*:

> Em suma, todo discurso supõe o ato de fazer funcionar a linguagem num quadro figurativo ("eu" – "tu"); está imerso na trama dos discursos que o precedem e o cercam; produz, de bom ou de mau grado, uma imagem do locutor e influencia as representações ou as opiniões de um alocutário. Nesse sentido, o estudo da argumentação e do modo como ela se alia aos outros componentes na espessura dos textos é parte integrante da análise do discurso. (AMOSSY, 2018a [2000], p. 12)

Associando componentes clássicos da estratégia de persuasão a concepções fundamentais da *AD*, a abordagem argumentativa da *Argumentação no Discurso* norteia-se pelos seguintes princípios:

> 1. Estuda os argumentos em língua natural, na materialidade do discurso, como elemento integrante de um funcionamento discursivo global; 2. Situa a argumentação, assim compreendida, em uma situação de enunciação precisa, da qual importa conhecer todos os elementos (participantes, lugar, momento, circunstâncias etc.); 3. Estuda a maneira como a argumentação se inscreve no interdiscurso, situando-se, quanto ao que se diz, antes e no momento da tomada da palavra, no modo da retomada, da modificação, da refutação, do ataque...; 4. Leva

37 É nesse espírito que a *Argumentação no Discurso* mantém diálogos proveitosos com diversas abordagens que lidam com a eficácia da palavra, tais como a *Retórica Antiga,* de Aristóteles; a *Nova Retórica,* de Perelman e Olbrechts-Tyteca; a *Argumentação na Língua,* de Anscombre e Ducrot; a *Lógica Natural,* de Grize; a *Lógica Informal,* de Johnson, Blair, Woods, Walton, entre outros; a *Pragma-Dialética,* de Frans van Eemeren, Rob Grootendorst e o grupo de Amsterdam; a *Argumentação na Interação,* de Rui Grácio, bem como as muitas pesquisas da *Pragmática Linguística*, das *Perspectivas Interacionistas,* da *Análise do Discurso Conversacional* de Moeschler, os trabalhos de Goffman, de Kerbrat-Orecchioni, assim como os de Martel, Angenot, Plantin, Toulmin, Hamblin, entre muitos outros.

> em conta a maneira como o logos, ou o emprego de argumentos em língua natural, alia-se concretamente ao *ethos*, a imagem de si que o orador projeta em seu discurso, e ao *pathos*, a emoção que ele quer suscitar no outro e que também deve ser construída discursivamente. (AMOSSY, 2011a [2008], p. 134)

A *NR*, partindo de princípios aristotélicos, considera que argumentar é comunicar, dialogar, discutir e, portanto, transitar no campo do provável, pois escapa da certeza do cálculo; é visar à adesão dos espíritos por meio do que é verossímil, plausível, razoável:

> A partir do momento em que se trata de indicar as razões não constringentes em favor da sua aceitação ou da sua recusa, deixa-se o campo das provas demonstrativas, portanto da lógica formal, para entrar no da argumentação (PERELMAN, 1987, p. 234)

Assim, ela aponta o valor da negociação com vista a acordos sobre o razoável, baseia-se numa racionalidade compartilhada em meio ao universo inquietante do verossímil, do universo dos conhecimentos prováveis e da controvérsia. Com isso, há abertura para o múltiplo não-coercitivo, que é característica nuclear da racionalidade argumentativa. Sem renunciar à Razão e sem cair no Irracional[38], a *NR* entende o outro como um ser capaz de dar juízos e de responder à interação discursiva, aceita o outro como portador de crenças e de valores que precisam ser levados a sério na negociação realizada pelo discurso, a fim de desviar-se da violência.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002 [1958]) insistem nessa condição pragmática inerente à *Argumentação*, dependente das opiniões e convicções, dos hábitos e comportamentos, das paixões e aspirações dos auditórios e, ainda, do modo como cada um

38 Historicamente, como a Retórica não opera na base da ontologia platônica nem na das ciências positivas, ela foi reduzida (em maior ou em menor grau, segundo as épocas e os autores) ao discurso irracional, mesmo que provar não se resuma ao cálculo. Essa privação de atividade racional passou a ser tomada como característica de sua própria natureza, de maneira que, mesmo após a tentativa de Aristóteles (e de Cícero e de Quintiliano) de recolocá-la em seu lugar e de dar-lhe o seu devido valor, atribuindo importância tanto à demonstração analítica quanto à argumentação dialética, a Retórica prostrou-se sob o poder das forças coibentes das filosofias monistas (que opõem a pluralidade à unicidade da *Verdade*), do cientificismo, dos absolutismos e dos dogmatismos de todas as espécies, e assim permaneceu durante séculos.

se insere e se posiciona no mundo. Dessa forma, as premissas da *Argumentação* não se dão em espaço abstrato de raciocínio e não são, como afirma Taguieff (1990, p. 265, tradução nossa), "(...) nem arbitrárias ou convencionais, nem evidentes por si mesmas: proposições supostamente admitidas pelo auditório, valores supostamente comuns a uma dada sociedade, em um dado momento".

A proposta da *Argumentação no Discurso,* na esteira da *NR*, considera que a argumentação não ocorre de modo impessoal, como nos raciocínios analíticos, nem como produto da autonomia linguística (exclusivamente na ordem linguageira, centrada na substância linguística), como defende a visão pragmático-semântica ducrotiana, em que as conclusões já estão interpretadas de antemão, pois estão inseridas na significação das palavras e dos enunciados, o que, com exclusividade, situa o poder da fala na língua (DUCROT[39], 1977 [1972], 1980a, 1980b, 1987 [1984], 2009 [2004]; ANSCOMBRE; DUCROT, 1983), nem tampouco como única e necessariamente produto privilegiado da autoridade *éthica*[40] proveniente "do exterior", das trocas simbólicas, da situação do orador, das condições institucionais que o legitimam a discursar (BOURDIEU, 1975, 1996 [1982]), isto é, o poder das palavras não reside estritamente na força institucional em que está concentrado o capital simbólico do grupo que o orador representa; pelo contrário, concebe-a no discurso, parte do funcionamento discursivo (AMOSSY, 2005 [1999], 2007, 2008, 2011a [2008], 2011b, 2018a [2000], 2018b [2009]), focalizando o uso real da linguagem feito por locutores em

39 Ducrot (2009 [2004], pp. 20-21) faz distinção, em profundidade, entre dois tipos de retórica ao afirmar que "a argumentação linguística não tem nenhuma relação direta com a argumentação retórica" (p. 20), pois a primeira trata de "[...] segmentos de discurso constituídos pelo encadeamento de duas proposições A e C, ligadas implícita ou explicitamente por um conector..." e a segunda é a "[...] atividade verbal que visa fazer alguém crer em alguma coisa [...]". A *Teoria dos Blocos Semânticos* (TBS), versão mais atual do pensamento ducrotiano, desenvolvida por Ducrot e Carel (2005), reitera essa separação radical. Amossy, entretanto, mostra que a *Argumentação no Discurso* pode dialogar com a *Argumentação na Língua,* pois "mesmo que a pragmática integrada se distancie da argumentação na acepção tradicional, ela permite, contudo, a análise da orientação argumentativa dos enunciados, dos *topoi* que asseguram implicitamente seu encadeamento, dos conectores que autorizam, na superfície do texto, esses mesmos encadeamentos. Pode-se, desse modo, examinar o que se passa na língua e trabalhar no nível da microanálise" (2018a [2000], p. 37).
40 Empregamos o termo *éthica* no sentido de *relativo ao éthos*.

situações reais e associando a essas condições o lugar social e as instâncias socioinstitucionais que constituem o ato de linguagem em realização concreta, em contexto, situado sócio-historicamente:

> a argumentação é analisada em situações de discurso variadas em que o logos é objeto de tratamentos complexos. Ela depende das possibilidades da língua e das condições sociais e institucionais que determinam parcialmente o sujeito fora dos quais a orientação ou a dimensão argumentativa do discurso não pode ser apreendida com discernimento. (AMOSSY, 2007, p. 128)

Nesse sentido, a *Argumentação no Discurso* aprecia a *Argumentação* em seu modo de ação sobre o espírito humano e, por isso, associa-a ao exercício da liberdade de escolha racional, seguindo o *Tratado da Argumentação:*

> Apenas a existência de uma argumentação, que não seja nem coerciva nem arbitrária, confere um sentido à liberdade humana, condição de exercício de uma escolha racional. Se a liberdade fosse apenas adesão necessária a uma ordem natural previamente dada, excluiria qualquer possibilidade de escolha; se o exercício da liberdade não fosse fundamentado em razões, toda escolha seria irracional e se reduziria a uma decisão arbitrária atuando em um vazio intelectual. Graças à possibilidade de uma argumentação que forneça razões, mas razões não-coercivas, é que é possível escapar ao dilema: adesão a uma verdade objetiva e universalmente válida, ou recurso à sugestão e à violência para fazer que se admitam suas opiniões e decisões (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002 [1958], p. 581)

De fato, os idealizadores da *NR* propõem uma concepção de razão com características do raciocínio prático em que pesam os juízos de valor para o estabelecimento das preferências e das decisões. O papel da argumentação, ligado a todos os domínios, situa-se numa terceira via: a do razoável, que preza por escolhas precedidas por deliberação e discussão. Todavia, mesmo que se contemple a dimensão pragmática e os seus efeitos práticos em situações concretas, nem por isso há desprovimento de lógica: há a lógica do

preferível, do que é aceitável e razoável, constituída de argumentos mais ou menos fortes, pertinentes e convincentes, de modo que a violência, própria da irracionalidade, do fanatismo dogmático e do ceticismo, não será a resposta para os casos em que há desacordo quanto aos juízos de valor.

Nesse processo, a *NR* põe em relevo o auditório situado, dado o papel central que este exerce. Como os raciocínios partem do que já está socialmente estabelecido (crenças, valores, fé, regras, hábitos, etc.), o orador se adapta para criar a sua imagem discursiva (*éthos*[41]) e ajusta o seu *lógos* (apoiado em premissas partilhadas: valores, verdades, pressuposições) às características específicas do auditório e suas emoções (*páthos*), a fim de conseguir transferir para as conclusões a aprovação que se acredita ter sido previamente dada às premissas idealmente selecionadas (entre aquelas que mais se beneficiam de uma suficiente adesão antecipada).

Mas de que natureza é o auditório da *NR*? Embora situado sócio-historicamente, o auditório (seja ele particular, de deliberação íntima, ou universal, homogêneo ou compósito) é definido como *construção do orador,* e não como alguém do qual se conheceria tudo e se garantiria, por controle consciente, a adesão: é uma ficção verbal previamente estabelecida por um orador em situação. A partir da imagem que constrói daqueles a quem dirige as suas palavras, o orador elabora a sua própria forma de manifestação imagética para apresentar no discurso, com razão e emoção, a sua tese à aquiescência. Nesse processo, apesar dos esforços aplicados na construção do edifício retórico, os resultados esperados não têm garantias de realização.

Com isso, os esquemas argumentativos e os argumentos quase-lógicos de que trata a *NR* serão apreendidos pela *Argumentação no Discurso* em sua materialidade linguageira,

41 O processo persuasivo é um desafio que leva em conta o jogo de imagens tanto do *éthos* quanto do *páthos* (sejam elas efetivas ou projetivas, cf. MEYER, 2007 [2004]; visadas ou produzidas, cf. MAINGUENEAU, 2008; prévias ou discursivas, cf. AMOSSY, 2005 [1999]; emotivas ou racionais, cf. PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2002 [1958]; ou, ainda, aquelas advindas de posições sociais ou institucionais, cf. BOURDIEU, 1996 [1982]).

serão observados e considerados na análise dentro do plano comunicacional de um discurso situado, de uma troca verbal (de alguém que fala a outro, num dado momento, em certo lugar, em circunstâncias específicas), verificando-se como essa troca se articula com o socioinstitucional-cultural, e verificando em que gêneros do discurso ela se manifesta – produtos de esferas sociais (BAKHTIN, 2003 [1979]) –, que estão carregados de relatividade, de variações e de coerções históricas e culturais, e que provocam sentidos e impactos diferentes segundo a tríade: *conteúdo temático*, *construção composicional* e *estilo de linguagem*, em que se apresentam, tendo como elemento constituinte a argumentação, cuja racionalidade é construída por táticas e práticas de raciocínios variáveis e adaptáveis de acordo com os campos em que se opera. Sempre circunscritos num *continuum* (AMOSSY, 2018a [2000]) entre os polos do antagônico e do informativo/narrativo, estendíveis da confrontação extrema à diluição, dissimulação, ou subtração do desejo de influenciar, os discursos se constituem no fio das trocas verbais entre essas posições, materializados em gêneros que portam teses postas ao assentimento dos auditórios, questões que são postas em discussão à busca de resposta possível, sem que isso implique encontrar uma necessária solução[42] ao problema, já que não se está numa situação de aplicação de método científico, demonstrativo.

De forma resumida, as abordagens em que a *Argumentação no Discurso* se baseia são seis, sustentadas pelas teorias retóricas, pragmáticas, linguísticas e lógicas (AMOSSY, 2018a [2000], pp. 40-41):

> 1.) *linguageira*: mais do que por operações lógicas e processos do pensamento, a argumentação se realiza pela implementação de meios que a

42 Essa distinção entre "resposta" e "solução" é proposta por Carrilho (2012, p. 702), que diz: "Um cientista fala de uma solução quando o problema desaparece, quando deixa de haver problema. Ora isto é uma situação que nós não conhecemos em filosofia. O que nós temos são problemas que se tematizam (aparecem, desaparecem, mascaram-se, etc.) tomando a forma de *respostas.* Mas estas respostas não são soluções. Em filosofia não há o tipo de solução que existe em ciência, exatamente porque não há um procedimento que permita fazer desaparecer o problema – e é nisso, nesse desaparecimento, que consiste a eficácia do método científico."

> linguagem oferece (escolhas lexicais, modalidades da enunciação, encadeamentos de enunciados, pressuposições, marcas do implícito, etc.);
> 2.) *comunicacional*: a argumentação, cujo desenvolvimento se dá em uma relação de interlocução, visa sempre a um auditório; não é possível dissociar a construção da argumentação da situação de comunicação, pois ela visa a intervir sobre a opinião, a atitude e o comportamento do auditório; quer orientar a visão do público, chamá-lo à reflexão que busca o assentimento de uma tese ou o reforço a um valor.
> 3.) *dialógica*: a argumentação, em sua necessária adaptação, visa a agir sobre o auditório, mesmo quando a interação for apenas virtual, sem diálogo efetivo. A argumentação é uma forma polêmica de reação ao dito (ainda que a polêmica não seja aberta), pois todo enunciado, de alguma forma, confirma, refuta, problematiza posições antecedentes;
> 4.) *genérica*: a argumentação está inserida num tipo e num gênero de discurso, que determinam finalidades, metas, quadros de enunciação e distribuição prévia de papéis;
> 5.) *figural*: a argumentação recorre aos efeitos de estilo e às figuras que provocam impacto no interlocutário, vistas a partir de uma perspectiva persuasiva;
> 6.) *textual:* a argumentação deve ser estudada no nível da construção textual (toma-se *texto* como conjunto coerente de enunciados que forma um todo), a partir dos procedimentos de ligação que comandam o seu desenvolvimento. Nesta abordagem, os processos lógicos (silogismos e analogias, estratégias de dissociação e de associação, etc.), muitos dos quais foram estudados por Perelman e Olbrechts-Tyteca, são estudados no discurso em situação. (AMOSSY, 2018a [2000], pp. 40-41)

Seja no plano da reflexão teórica, seja no plano da prática de análise, a *Argumentação no Discurso* busca integrar os espaços de pesquisa da *AD* e das *Teorias da Argumentação,* tendo como objeto de estudo aquilo que une intrinsecamente a organização textual e a situação de comunicação, por meio de um dispositivo de enunciação[43]. Essa articulação de disciplinas faz que o analista do discurso procure ver a palavra em ação, inclusive, mas não apenas, em sua constituição como sequência argumentativa linguística;

43 Fazendo referência a Maingueneau, Amossy (2011a) afirma que o objeto da *AD* "não é a organização do texto, nem a situação de comunicação, mas o que os liga por meio de um dispositivo de enunciação específico. Esse dispositivo põe em destaque, ao mesmo tempo, o verbal e o institucional [...]" (p. 133). Amossy (2018a [2000]) traz uma boa reflexão a esse respeito.

procure vê-la sempre inserida na situação de comunicação e na materialidade linguageira/textual (lugar em que se processam a escolha, a adaptação, as formas de presença, a apresentação e a interpretação dos dados, apontados por Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2002 [1958]); busque entender como ela assim considerada tem ligação com o funcionamento global do discurso e qual a sua relação dialógica com outros discursos circundantes, assim como também de que maneira as imagens do *éthos* e do *páthos* são construídas e o que elas nos apresentam a respeito do orador e do auditório, racional e passionalmente. Com todas essas implicações, a interface entre *AD* e *NR* fez que o conceito de *Argumentação* de Perelman e Olbrechts-Tyteca fosse naturalmente reformulado e ampliado, tendo assim sido redefinido pela *Argumentação no Discurso:*

> [...] os meios verbais que uma instância de locução utiliza para agir sobre seus alocutário, tendo fazê-los aderir a uma tese, modificar ou reforçar as representações e as opiniões que ela lhes oferece, ou simplesmente orientar suas maneiras de ver, ou de suscitar um questionamento sobre um dado problema. (AMOSSY, 2018a [2000], p. 47)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como propusemos, sem qualquer presunção de apresentar um histórico completo de sua evolução (tanto porque esse não foi, em nenhum momento, o nosso propósito, quanto porque já há trabalhos relevantes publicados com esse objetivo), mostramos que a *AD* constituiu-se (constitui-se) em sucessivos processos de interação interdisciplinar, sem que isso tenha significado assunção, com submissão ingênua, dos parâmetros epistemológicos das disciplinas das quais ela se aproximou. O que tentamos fortalecer foi a ideia de que as articulações da *AD* com vertentes teóricas por vezes díspares, ainda que seja desafiadora em

razão de que as interlocuções não raramente exigem reformulações, é frequentemente necessária para lidar com os fenômenos no domínio dos estudos discursivos.

A *Argumentação*, embora sempre estivesse inscrita na materialidade do discurso e no interdiscurso, foi durante muito tempo obliterada em razão de pressupostos teóricos considerados irreconciliáveis. Ela passou a chamar a atenção a partir de pesquisas que observaram que ela não é acidental, mas parte integrante do funcionamento discursivo global, devendo o analista do discurso, portanto, levá-la em consideração, se deseja explicar esse funcionamento com mais exatidão.

Neste ponto, o entrecruzamento da *Argumentação no Discurso* e a *Nova Retórica* tem permitido a realização de estudos indubitavelmente proveitosos. A despeito do entendimento de alguns autores de que a *NR* tem poucas preocupações com a linguagem, ou seja, "não considera propriamente os funcionamentos linguageiros", dela tem-se servido não poucos estudos atuais da *AD*, por considerar que a *NR* que lhe oferece "um quadro essencial, na medida em que insiste sobre alguns constituintes essenciais: a importância do auditório, o caráter fundador das premissas e dos pontos de acordo na interação argumentativa e também os lugares comuns que balizam a argumentação [...]" (AMOSSY, 2018a [2000], p. 24). É nessas condições que a *Argumentação no Discurso* leva em conta a tríade retórica: *éthos, páthos* e *lógos*, ou seja, examina de que maneira os argumentos do discurso estão associados tanto à imagem que o orador projeta de si – mostrando o seu caráter, a sua idoneidade e as suas competências, em conformidade com o tipo de discurso que empreende –, quanto ao auditório e às emoções que ele experimenta, construídos, todos, discursivamente.

É assim que, alimentada pelas teorias da argumentação, retóricas, linguísticas, pragmáticas e lógicas, interessada pelo princípio da argumentatividade que atravessa o discurso, a *Argumentação no Discurso,* integrada aos domínios da *AD*, propõe um modelo operatório para o estudo do funcionamento linguageiro, qualquer que seja o gênero discursivo circulante nas mais diversas esferas ou campos da atividade humana.

REFERÊNCIAS

ADÃO, Sônia Maria. Análise do discurso e argumentação – Interlocuções e convergências. *III Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso* – Emoções, Ethos e Argumentação. Belo Horizonte: UFMG, 2008. pp. 1-18.

ALTHUSSER, Louis. *Idéologie et appareils idéologiques d'Etat.* (Notes pour une recherche), 1970. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/contemporains/althusser_louis/ideologie_et_AIE/ideologie_et_AIE.pdf. Acesso em: 03 set. 2019.

AMOSSY, Ruth. *A argumentação no discurso.* Coordenação da tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. Tradução de Angela M. S. Corrêa et al. São Paulo: Editora Contexto, 2018a [2000].

AMOSSY, Ruth. A Argumentação no Discurso: uma abordagem sociodiscursiva dos argumentos. Tradução Rui Alexandre Grácio. *In*: GRÁCIO, Rui Alexandre; OLÍMPIO-FERREIRA, Moisés. *Contingência, Incerteza e Prudência:* Caminhos da Retórica e da Argumentação. Coimbra: Grácio Editor, 2018b [2009]. pp. 67-86.

AMOSSY, Ruth. Faut-il intégrer l'argumentation dans l'analyse du discours? Problématiques et enjeux. *Argumentation et Analyse du Discours,* n. 9, pp. 1-21, 2012. Disponível em: http://aad.revues.org/1346. Acesso em: 20 jan. 2020.

AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso. Perspectivas Teóricas e Recortes Disciplinares. Tradução Eduardo Lopes Pires e Moisés Olímpio-Ferreira. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 1, pp. 129-144, 2011a [2008]. Disponível em: http://www.uesc.br/revistas/eidea/index.php?item=conteudo_revistas_eletronicas.php. Acesso em: 03 out. 2013.

AMOSSY, Ruth. Des sciences du langage aux sciences sociales: l'argumentation dans le discours. *A Contrario*, n. 16, pp. 10-25, 2011b.

AMOSSY, Ruth. Dimension rationnelle et dimension affective de l'ethos. *In*: RINN, Michael (dir). *Émotions et discours.* L'usage des passions dans la langue. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008. pp. 113-126.

AMOSSY, Ruth. O lugar da argumentação na Análise do Discurso: Abordagens e desafios contemporâneos. Tradução Adriana Zavaglia. *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 9, pp. 121-146, 2007.

AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso* – a construção do ethos. Tradução Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005 [1999].

ANSCOMBRE, Jean Claude; DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*. Liège: Mordaga, 1983.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Thesaurus Linguae Graecae (TLG). Disponível em: http://stephanus.tlg.uci.edu/. Acesso em: 09 jan. 2020.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1979].

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, Valentin Nikoláievitch. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995 [1929].

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luísa Neri. Revisão Isaac Nicolau Salum. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005 [1966].

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas.* O que falar quer dizer. Tradução Sergio Miceli, Mary Amazonas Leite de Barros, Afrânio Catani, Denice Barbara Catani, Paula Montero e José Carlos Durand. Edusp: São Paulo, 1996 [1982].

BOURDIEU, Pierre. Le langage autorisé. Note sur les conditions sociales de l´efficacité du discours rituel. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 5-6, pp. 183-190, nov. 1975.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2004 [1999].

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La semántica argumentativa*. Una introducción a la teoría de los bloques semânticos. Tradução e organização María Marta García Negroni e Alfredo M. Lescan. Buenos Aires: Colihue Universidad, 2005.

CARRILHO, Manuel Maria. Aventuras da interpretação. *In:* CARRILHO, Manuel Maria. *Pensar o Mundo*. Obras 1982-2012. Coimbra: Grácio Editor, v. 1, 2012. pp. 595-714.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso.* Coordenação da tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004 [2002].

DUCROT, Oswald. Argumentação retórica e argumentação linguística. *Letras de Hoje*, v. 44, n. 1, pp. 20-25, jan./mar. 2009 [2004].

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito.* Tradução Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987 [1984].

DUCROT, Oswald. *Les échelles argumentatives.* Paris: Minuit, 1980a.

DUCROT, Oswald et al. *Les mots du discours.* Paris: Minuit, 1980b.

DUCROT, Oswald. *Princípios de Semântica Linguística* (dizer e não dizer). Tradução Carlos Vogt et al. São Paulo: Cultrix, 1977 [1972].

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso.* Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2013 [1971].

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel (Dir.). *A língua inatingível*: o discurso na história da Linguística. Tradução Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004 [1981].

GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma Análise Automática do Discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução Bethania S. Mariani et al., 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 [19??].

GRÁCIO, Rui Alexandre. *A argumentação na Interação.* Coimbra: Grácio Editor, 2016. (Coleção Contradiscursos).

GRÁCIO, Rui Alexandre. *Vocabulário Crítico de Argumentação.* Coimbra: Grácio Editor; Instituto de Filosofia da Linguagem, 2013.

GRÁCIO, Rui Alexandre. *Consequências da Retórica.* Para uma revalorização do múltiplo e do controverso. Coimbra: Pé de Página Editores, 1998.

GRIZE, Jean-Blaise. *Logique et langage*. Paris: Ophrys, 1990.

GRIZE, Jean-Blaise. Raisonner en parlant. *In*: MEYER, Michel (éd.). *De la métaphysique à la rhétorique.* Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 1986.

GUSDORF, Georges. *Introduction aux sciences humaines.* Paris**:** Ophrys, 1974.

GUSDORF, Georges. *Les sciences de l'homme sont des sciences humaines.* Strasbourg**:** Faculté des Lettres de Strasbourg, 1967.

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LACAN, Jacques. *Le Séminaire Livre III:* Les psychoses. Paris: Seuil, 1981.

LACAN, Jacques. *Écrits.* Paris: Seuil, 1966.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O cru e o cozido.* Mitológicas 1. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2004 [1964].

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. *In*: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. *Ethos Discursivo.* Tradução Luciana Salgado. São Paulo: Contexto, 2008. pp. 11-29.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da Análise do Discurso.* Tradução Márcio Venício Barbosa e Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000 [1996].

MAINGUENEAU, Dominique. *L'Analyse du discours.* Introduction aux lectures de l'archive. Paris: Hachette, 1991.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da Análise do Discurso na França. Tradução Mónica Graciela Zoppi-Fontana e Maria Cristina Leandro Ferreira. *In*: ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli (org.). *Gestos de leitura:* da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994 [1989]. pp. 15-28.

MAZIÈRE, Francine. *L'analyse du discours.* Histoire et pratiques. 2. ed. Paris: PUF, 2010 [2005]. (Que sais-je?, n. 3735).

MENDES, Emília. Uma leitura sobre algumas contribuições saussurianas para a análise do discurso a partir de percepções fragmentadas de uma pesquisadora. *Cadernos Discursivos,* Catalão-GO, v. 1, n. 1, pp. 50-69, ago./dez. 2013.

MEYER, Michel. *A retórica*. Tradução Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007 [2004]. (Série Essencial).

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). *Introdução à Linguística*: domínios e fronteiras. 4. ed. São Paulo: Cortez, v. 2, 2004 [2000]. pp. 101-142.

OLÍMPIO-FERREIRA, Moisés. [Nova] Retórica e Argumentação: a negociação necessária de um ponto de vista. *In*: HUBERT, Elizabete Enz; BENTO, Emílson José (org.). *Retórica e Discurso*. Fronteiras e interfaces: das origens aos desdobramentos atuais. Campinas: Pontes, 2019. pp. 137-153.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. *Anais do I SEAD – Seminário de Estudos de Análise do Discurso*. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2003. Disponível em: http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf. Acesso em: 06 mar. 2018.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *Análise de discurso* – princípios e procedimentos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2000 [1999].

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. O lugar das sistematicidades na Análise do Discurso. *Revista D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 10, n. 2, pp. 295-307, 1994.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Análise do Discurso: algumas observações. *Revista D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 2, n. 1, pp. 105-126, 1986.

PÊCHEUX, Michel. *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi. Tradução Eni de Lourdes Puccinelli et al. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015 [1984].

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. Tradução Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. *In*: ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli (org.). *Gestos de Leitura* – da história no Discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994 [1982]. pp. 55-66.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso:* uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni de Lourdes Puccinelli *et al*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997 [1975].

PÊCHEUX, Michel. *Les verités de la Palice*. Linguistique, sémantique, philosophie. Paris: François Maspero, 1975.

PERELMAN, Chaïm. Logique formelle et logique informelle. *Séminaire de Philosophie et Mathématiques*, v. 3, pp. 1-7, 1981.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação.* A nova retórica. Tradução Maria Ermantina Galvão. 5. tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1958].

PLANTIN, Christian. *Articles sur l'Argumentation.* 2002. Disponível em: http://www.icar.cnrs.fr/pageperso/cplantin/publications.htm. Acesso em: 06 jan. 2020.

POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). *Introdução à linguística*. Fundamentos epistemológicos. 2. ed. São Paulo: Cortez, v. 3, 2005 [2003]. pp. 353-392.

SAFATLE, Vladimir. *Lacan.* 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2009 [2007]. (Folha Explica).

TAGUIEFF, Pierre-André. L'argumentation politique. *Hermès*, n. 8-9, pp. 261-286, 1990.

Envio: Maio de 2020
Aceite: Junho de 2020